



1

## CERTIDÃO

\_\_\_\_ Eu, abaixo assinada, **Notária** deste Cartório, **certifico** que: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **1** - A presente certidão, composta por dezasseis folhas, incluindo esta, utilizadas numa só face, devidamente numeradas e rubricadas, as quais têm aposto selo branco, foi extraída de certificado de tradução, emitido pelo Cartório Notarial de Loures a cargo de Ana Helena Sena Gonçalves, em dezasseis de Julho de dois mil e oito, de declaração emitida pela Embaixada da República de Argentina em Lisboa, em três de Abril de dois mil e oito, arquivada neste Cartório sob o número quarenta e sete do maço de documentos respeitante ao livro de notas para escrituras diversas número setenta e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **2** - Está conforme o original. \_\_\_\_\_

Odivelas, dez de Novembro de dois mil e dezasseis.

**A Notária,**

(Sandra Cristina Vieira Ramos Neves de Oliveira Monteiro Brás)

Cédula Profissional número 206

Conta conferida e registada sob o nº 247 - Factura emitida

Ana Helena Sena Gonçalves

NOTÁRIA

Livro 43 Fls. 84  
Doc. 67 Fls. 123  
Data 02/07/2008

**CERTIFICADO DE TRADUÇÃO**

No dia dezasseis de Julho de dois mil e oito, no Cartório Notarial, sito na Alameda dos Oceanos, Rotunda das Oliveiras, lote 4.40.01C, Moscavide, Loures, a cargo da Notária Ana Helena Sena Gonçalves, por delegação da mesma, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 26/2004, de 04 de Fevereiro, perante mim, sua colaboradora Isabel Maria Fernandes Carvalho, **certifico** que compareceu, **MERCEDES PEDROSA MERINO**, solteira, maior, natural de Espanha, residente na Avenida D. João II, lote 4.55.02, 3ºB, Moscavide, Loures, pessoa cuja identidade verifiquei por exibição do Bilhete de Identidade número 23795033-S, emitido em 04/10/2005, pelo Ministério do Interior - Espanha, a qual me apresentou a tradução do documento em anexo a este certificado, composto **sete folhas**, escrito em língua espanhola e traduzido para a língua portuguesa, referente a uma legislação. \_\_\_\_\_

A tradutora afirmou sob compromisso de honra, perante mim, haver feito a tradução fiel do citado documento e que o mesmo está conforme ao original, pelo que vai assinar comigo o presente certificado e rubricar o documento traduzido e respectiva tradução. \_\_\_\_\_

O original fica anexada à sua tradução e ao presente certificado.

A tradutora,

A Colaboradora,

PSK AOCifea e llo

Registrada sob o nº A1346/2002

7/4/11



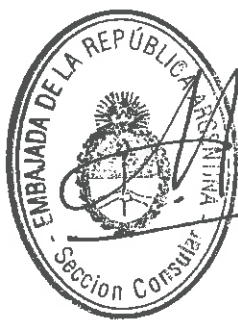
Embajada de la República Argentina  
Sección Consular  
Lisboa

Livro 73 Is. 84  
Doc. 67 124  
Data 20 / 07 / 2008

-----A Sección Consular da Embaixada da República Argentina em Lisboa, Portugal, **DECLARA** que, de acordo com a Legislação Argentina, as Sucessões encontram-se reguladas no Código Civil da Republica Argentina, no Livro IV, Sección I "Da transmissão dos direitos por morte das pessoas a quem correspondam", Título I - Das Sucessões - , compreendendo o Art. 3279 ao 3289.-----

-----Ajuntam-se fotocópias dos ditos artigos.-----

-----Dado em Lisboa aos três dias do mês de Abril de dois mil e oito, a pedido do interessado para ser apresentado às autoridades correspondentes.-----



2  
F  
84  
F  
125  
Data 02/07/2008

5  
M

CÓDIGO CIVIL  
DA  
REPÚBLICA ARGENTINA

LEI DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Lei N° 340, de 29 de Setembro de 1869

Art° 1° O Código Civil redigido pelo Dr. D. Dalmacio Vélez Sársfield, será observado como lei na República Argentina desde o primeiro de Janeiro de mil oitocentos e setenta e um.

Art° 2° o Supremo Tribunal de Justiça e Tribunais Federais da Nação, darão conta ao ministro da Justiça, em relatório anual, das dúvidas e dificuldades que a aplicação do Código oferece na prática, bem como das lacunas que forem encontrados nas suas disposições, para as apresentar oportunamente ao Congresso.

Art° 3° O Poder Executivo recolherá dos Tribunais de Província, através dos respectivos Governos, os mesmos relatórios para os fins do artigo anterior.

Art° 4° Autoriza-se o Poder Executivo a efectuar as despesas que sejam necessários para a impressão do Código Civil, devendo ser consideradas autênticas apenas as edições oficiais.

Art° 5° Comunique-se ao Poder Executivo.

Assinado na Sala de Sessões do Congresso Argentino, aos vinte e cinco de Setembro de mil oitocentos e sessenta e nove.

ADOLFO ALSINA  
Carlos M. Saravia  
Secretário do Senado

MANUEL QUINTANA  
Ramón B. Muñiz  
Secretário da C. de Deputados

Departamento de Justiça.

Buenos Aires, 29 de Setembro de 1869

Observe-se como lei, cumpra-se, comunique-se e registre-se no Registo Nacional.

SARMIENTO.  
N. AVELLANEDA.

3

Livro 73 Fls. 84  
Doc. 47 Fls. 126  
Data 22/07/2008

## SECÇÃO PRIMEIRA

### DA TRANSMISSÃO DOS DIREITOS POR MORTE DAS PESSOAS A QUEM ESTES CORRESPONDIAM

#### TÍTULO I - Das sucessões

3279. A sucessão é a transmissão dos direitos activos e passivos que compõem a herança de uma pessoa falecida, à pessoa que sobrevive, à qual a lei e o testador chama para a receber. O chamado a receber a sucessão é denominado herdeiro neste Código.

3280. A sucessão é denominada legítima, quando apenas é deferida pela lei, e testamentária, quando o é por vontade do homem manifestada em testamento válido. Pode também deferir-se a herança de uma mesma pessoa, por vontade do homem em parte, e na outra parte por disposição da lei.

3281. A sucessão a título universal é a que tem por objecto um todo ideal, sem consideração pelo seu conteúdo especial, nem aos objectos desses direitos.

3279. Chabot, sobre o art. 718, nº 1.-L. 62, Tít. 17, Lv. 50, Dig. - Proemio, e L. 8, Tít. 33, Part. 7ª - Cód. Francês, art. 718 - Napolitano, 638 - Austríaco, 536 - do Luisiana, 876. - Herança e sucessão são sinónimos em direito. - L. 1, Tít. 3, Part. 6ª, dá uma sucinta definição do direito de sucessão. Dizemos no artigo que *compõem a herança* e não que pertencem ao defunto, como habitualmente se define a herança, porque entre estes últimos existem alguns direitos que saem do seu património por efeito da própria morte, como o usufruto, a renda vitalícia, etc.

3280. Proemio e L. 3, Tít. 13, Part. 6ª. Não existe pois sucessão universal por contratos. É permitido aos cônjuges nas convenções nupciais dar alguns benefícios mas nunca contratar a sua sucessão. A segunda parte do artigo é contrária à máxima romana que não se pode morrer parte testado e parte intestado, adoptada pela L. 14, Tít. 3, Part. 6ª.

3281. Savigny, *Direito Romano*, tomo VIII, § 375. Se a sucessão a título universal cobre os direitos particulares contidos no conjunto dos bens, apenas o faz como parte integrante do conjunto que forma o objecto próprio da sucessão. A sucessão universal pode também não cobrir a totalidade, mas apenas uma parte determinada dos bens, porque esta parte tem por base necessária o conjunto total, como a fracção à unidade.

*[Handwritten mark]*

3282. A sucessão ou o direito hereditário, abre-se tanto nas sucessões legítimas com nas testamentárias; desde a morte do autor da sucessão, ou desde a presunção de morte nos casos previstos pela lei.

3283. O direito de sucessão ao património do defunto é regido pelo direito local da residência do falecido à data da morte, sejam os sucessores nacionais ou estrangeiros.

3284.\* A jurisdição sobre a sucessão cabe aos juízes

3282. O óbito, a abertura e a transmissão da herança, ocorrem no mesmo instante. Não existe entre eles o menor intervalo de tempo; são indivisíveis. – Chabot, sobre o art. 725, nº 2. – Cód. Francês, 718 – Holandês, 877 – Napolitano, 638. – O Direito Romano diz o oposto: *Nondum adita hereditas personae vicem sustinet, non heredis futuri, sed defuncti*. Instit., Liv. 2, Tít. 14 § 2.

3283. Savigny, *Direito Romano*, tomo VIII, § 375 e 376. O património considerado como unidade é um objecto ideal, de conteúdo indeterminado. Pode ser composto por propriedades, direitos sobre coisas particulares, sobre créditos e dívidas que têm uma existência invisível. O património não se encontra fixo num determinado lugar e não poderia atribuir-se o *locus rei sitae*. Considerar como tal o local em que está situada a maior parte dos bens seria uma ideia arbitrária, pois que ela não tem nada de preciso, e também porque a parte menor dos bens merece tanta consideração como a parte maior. Se abandonamos a residência só nos resta colocar o direito à sucessão onde se encontrem cada um dos bens que a compõem. Mas quando esses bens estão disseminados por diferentes locais, teríamos de admitir muitas sucessões independentes entre si. Pode chamar-se uma excepção a este princípio geral, o que está disposto relativamente à transmissão dos bens imóveis que fazem parte do território do Estado, e cujo título deve ser sempre transferido em conformidade com as leis da República, art. 10 do presente Código.

Quanto às sucessões *ab intestato* existe uma consideração especial. Repousam sobre a presunção da vontade do falecido, não porque essa vontade possa considerar-se como um feito certo, relativamente a uma determinada pessoa, mas porque cada lei positiva, cada Código, adopta a presunção geral que lhe parece mais adequada à natureza das relações de família. Concebe-se facilmente que essa presunção varie de acordo com as diferentes legislações, mas não que em determinado caso, se presuma que o falecido tenha podido ter vontade diferente para as diversas partes dos seus bens, e tenha querido outro herdeiro para a sua casa que não o herdeiro das suas propriedades rurais, o do seu dinheiro, quando não tenha procedido a uma declaração expressa por testamento.

Quando os Códigos referem que a sucessão é aberta na residência do falecido, importa referir que a jurisdição sobre a sucessão está na última residência do falecido, e que é regida pelas leis locais da zona em que essa residência se fixava.

3284. Cód. Francês, art. 822 – Savigny, lugar citado. – Demante, tomo III, nº 154 bis. – Chabot, *Sucess.* no art. 351. – Demolombe, tomo XV, nº 629. –

\* Art. 3284. (Nota do editor). A lei 17.484 dispõe que as acções de expropriação não estarão sujeitas ao foro de atracção das acções universais

*[Handwritten mark]*

5

Livro 73 Fls. 54  
Doc. 47 Fls. 128  
Data 00/07/2008

B

da zona em que o falecido teve a sua última residência. Perante os juizes desse local devem apresentar-se:

- 1º As petições relativas aos bens hereditários, incluindo a partilha, quando são interpostas por alguns dos sucessores universais contra os seus co-herdeiros.
- 2º As petições relativas às garantias dos lotes entre os co-proprietários, e as que se destinem à reforma ou nulidade da partilha.
- 3º As petições relativas à execução das disposições do testador, tanto a título particular como sobre a entrega dos legados.
- 4º As acções pessoais do credores do falecido, antes da divisão da herança.

3285. Caso o falecido não tenha deixado mais do que um único herdeiro, as acções devem dirigir-se perante o juiz da residência deste herdeiro, após ter aceiteado a herança.

3286. A capacidade para suceder é regida pela lei da residência da pessoa à data da morte do autor da sucessão.

3287. A capacidade para adquirir uma sucessão deve existir no momento em que a sucessão seja deferida.

3288. Todas as pessoas singulares ou colectivas, excepto em caso de disposição contrária na lei, goza da capacidade de suceder ou receber uma sucessão.

Aubry y Raus, §§ 590 e 624. - No Tít. 14 e 15, Part. 6ª, fala-se do juiz perante o qual se solicita a partilha, mas sem indicar qual deve ser.

Nº 4. Dizemos as *acções pessoais* porque as acções reais devem ser dirigidas ao juiz do local onde os bens se situam. Assim, a petição de reclamação, a acção hipotecária relativamente a um imóvel dependente da sucessão, devem ser apresentadas perante o juiz do local onde se localize o imóvel. - Zachariae, § citado, nota 8. - Duranton, tomo VII, nº 138. - Chabot, sobre o art. 822, nº 4 - Dizemos também *antes da divisão da herança*, pois se os herdeiros, ao proceder à divisão da herança, deixaram indivisos alguns imóveis, a acção ulterior para a divisão ou licitação destes imóveis não será já da competência dos juizes do local em que foi aberta a sucessão. Tal não é o caso da divisão da herança, mas sim da divisão de uma coisa comum. - Vazeille, *Sucess.*, nº 7.- Duranton, tomo VII, nº 137.- Toullier, tomo IV, nº 413.

3285. Chabot, sobre o art. 822, nº 6. - Aubry y Raus, § 590. - Zachariae, § 351. - Vazeille, sobre o art. 822, nº 8.

3286. Savigny, *Direito Romano*, tomo VIII, §§ 377 e 393. Art. 7 do presente Código.



Livro 73 Fls. 84  
Doc. 67 Fls. 129  
Data 02/03/2008

3289. Não existem outras capacidades para suceder ou para receber as sucessões do que as designadas neste Título e no Título *Das sucessões testamentárias*.

#### DA INCAPACIDADE PARA SUCEDER

3290. O filho concebido tem capacidade para suceder. O que não se encontra concebido à data do óbito do autor, não pode suceder-lhe. O que estando concebido, nascer morto também não lhe poderá suceder.

3290. O filho no seio da mãe, tem só uma vida comum com ela; o nascimento pode unicamente dar-lhe uma vida individual. O Direito, no entanto, considera-o como tendo a capacidade para suceder. Esta excepção deve-se às Leis Romanas que consideravam o *foetus* como já nascido, quando se tratava do seu interesse. *Qui in útero est, proinde ac si rebus humanis esset*. (L. 7, Dig. De Stat. hom.). Vejam-se os arts. 63 a 69 do presente Código, e o art. 70 idem. - Código Francês, art. 906. - Assim, por exemplo, um filho renuncia à sucessão do seu pai falecido, ou é excluído dela como indigno; a sucessão, à falta de outros filhos, passará para os avós ou para os familiares colaterais. Se nascer depois um filho, ao que renunciou à sucessão ou foi excluído dela, este filho não poderá reclamar do avô a sucessão que tinha recaído no que não estava concebido à data da renúncia do seu pai, com preferência aos seus ascendentes.

Do mesmo modo, um testador não poderia instituir por herdeiro uma pessoa que não estivesse concebida à data da sua morte, nem sequer através do estabelecimento desta possibilidade à condição suspensiva *se nascer*. A sucessão corresponderia aos sucessores *ab intestato*, porque o direito não defere jamais a sucessão de outra forma que não seja pura e simplesmente uma forma irrevogável. O princípio de que a sucessão não é deferida a quem não está concebido, tem consequências que não se podem disputar. Os filhos legitimados, refere Durantón, não tem nenhum direito às sucessões dos familiares falecidos antes do casamento que produziu a sua legitimidade, mesmo que estivessem concebidos à data da morte dos seus familiares, porque não sendo legítima essa concepção anterior ao casamento, é como se não tivesse existido para o efeito de atribuir ao filho o direito de sucessão aos bens dos familiares; uma vez que a legitimação não pode procurar um filho para o benefício da legitimidade, podendo fazê-lo apenas desde a celebração do casamento sem efeito retroactivo. Estando já a sucessão deferida a favor destes familiares antes dessa altura, a legitimação posterior do filho não lhe poderia retirar um direito adquirido. As sucessões são sempre irrevogáveis, tomo VI, nos. 67 e seguintes - Aubry y Raus, § 592. - Veja-se Demolombe, tomo XIII, nos. 174 e seguintes, e tomo XVIII, nos. 580 e 581.

A quem cabe a prova de que o filho nasceu vivo? A incapacidade que derroga ao direito comum não se presume. A presunção de direito é pelo contrário, que todo o filho nasce vivo e, por conseguinte, cabe a quem alega que o filho nasceu morto, prová-lo.

Livro 73 Fls. 54  
Doc. 47 Fls. 130  
Data 28 10 10008

## ÍNDICE GERAL DO CÓDIGO CIVIL

### LIVRO QUARTO

Dos direitos reais e pessoais – Disposições comuns

TÍTULO PRELIMINAR. Da transmissão dos direitos em geral ..... 699

#### SECÇÃO PRIMEIRA

Da transmissão dos direitos por morte das pessoas a quem estes correspondiam

TÍTULO I. Das sucessões .....	702
Da incapacidade para suceder .....	705
TÍTULO II. Da aceitação e repudição da herança .....	711
TÍTULO III. Da aceitação da herança com benefício de inventário .....	723
Cap. I. Dos direitos e deveres do herdeiro beneficiário .....	726
Cap. II. DA administração dos bens da herança .....	728
Cap. III. Do pagamento aos credores e legatários .....	731
Cap. IV. Da cessação do benefício de inventário .....	732
TÍTULO IV. Dos direitos e obrigações do herdeiro .....	733
Cap. I. Direitos do herdeiro .....	733
Cap. II. Das obrigações do herdeiro .....	739
TÍTULO V. Da separação dos patrimónios do falecido e do herdeiro .....	741
TÍTULO VI. Da divisão da herança .....	746
Cap. I. Do estado de indivisão .....	746
Cap. II. Das diversas formas como proceder-se à partilha da herança .....	750
Cap. III. Da colação .....	752
Cap. IV. Da divisão dos créditos activos e passivos .....	755
Cap. V. Dos efeitos da partilha .....	758
Cap. VI. Da divisão efectuada pelo pai ou pela mãe e demais ascendentes pelos seus descendentes .....	761
TÍTULO VII. Das sucessões vacantes .....	765
TÍTULO VIII. Das sucessões intestadas .....	766
Cap. I. Do direito de representação .....	767
Cap. II. Efeitos da representação .....	770
TÍTULO IX. Da ordem das sucessões intestadas .....	771
Cap. I. Sucessão dos descendentes legítimos .....	771
Cap. II. Sucessão dos ascendentes .....	771
Cap. III. Sucessão dos cônjuges .....	772
Cap. IV. Sucessão dos filhos naturais .....	774
Cap. V. Sucessão dos pais naturais .....	777
Cap. VI. Sucessão dos parentes colaterais .....	778
Cap. VII. Sucessão do Fisco .....	779
Cap. VIII. Sucessão dos bens reservados .....	779
TÍTULO X. Da parte legítima dos herdeiros forçosos .....	780
TÍTULO XI. Da sucessão testamentária .....	783
TÍTULO XII. Das formas dos testamentos .....	790
Cap. I. Do testamento hológrafo .....	793
Cap. II. DO testamento por acto público .....	796
Cap. III. Do testamento fechado .....	799
Cap. IV. Dos testamentos especiais .....	800
Cap. V. Da abertura, publicação e registo de alguns testamentos .....	803
TÍTULO XIII. Das testemunhas nos testamentos .....	804
TÍTULO XIV. Da instituição e substituição de herdeiro .....	807
TÍTULO XV. Da capacidade para receber por testamento .....	812

Livro 73 Fls. 81 8  
Doc. 67 Fls. 131 5  
Data 02/07/2008

11

TÍTULO XVI. Da deserdação .....	815
TÍTULO XVII. Dos legados .....	817
Caducidade dos legados .....	827
TÍTULO XVIII. Do direito de acrescer .....	830
TÍTULO XIX. Da revogação dos testamentos e legados .....	834
TÍTULO XX. Dos executores testamentários .....	839

## SECÇÃO SEGUNDA

Concorrência dos direitos reais e pessoais contra os bens do devedor comum

TÍTULO I. Da preferência dos créditos .....	845
Cap. I. Da divisão dos privilégios .....	845
Cap. II. Dos privilégios sobre certos bens móveis .....	851
Cap. III. Da ordem dos privilégios sobre os bens móveis .....	858
Cap. IV. Do privilégio sobre os bens imóveis .....	863
TÍTULO II. Do direito de retenção .....	867

11

## SECÇÃO TERCEIRA

Da aquisição e perda dos direitos reais e pessoais pelo decurso do tempo

TÍTULO I. Da prescrição das coisa e das acções em geral .....	871
Cap. I. Da suspensão da prescrição .....	875
Cap. II. Da interrupção da prescrição .....	880
Cap. III. Da prescrição para adquirir .....	883
Cap. IV. Da prescrição liberatória .....	889
TÍTULO II. Da prescrição das acções em particular .....	890
TÍTULO COMPLEMENTAR. Da aplicação das leis civis .....	895

# CODIGO CIVIL

DE LA

REPUBLICA ARGENTINA

CON LAS NOTAS DE VELEZ SARSFIELD

Y

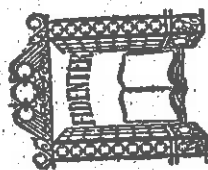
LEYES Y DECRETOS

COMPLEMENTARIOS

Contiene incorporadas al texto,  
las reformas de la ley 17.711

*Edición al cuidado de*

LUIS ALBERTO ESTIVILL  
Profesor adjunto de derecho civil en la Facultad  
de Derecho de la Universidad Nacional  
de Buenos Aires.



VÍCTOR P. DE ZAVALLA — Editor  
BUENOS AIRES

Livro 73 Fis. 516  
Pag. 67 Fis. 712  
Data 20/07/2008

NZ

Queda hecho el depósito que previene la ley 11.723

© Copyright 1971, by VÍCTOR P. DE ZAVALLA, Alberti 835, Buenos Aires

## LEY DE SANCION DEL CODIGO CIVIL

Ley Nº 340, del 29 de septiembre de 1869

Art. 1º El Código Civil redactado por el Dr. D. Dalmacio Vélez Sársfield, se observará como ley en la República Argentina desde el primero de Enero de mil ochocientos setenta y uno.

Art. 2º La Suprema Corte de Justicia y Tribunales Federales de la Nación, darán cuenta al Ministro de Justicia, en un informe anual, de las dudas y dificultades que ofreciere en la práctica la aplicación del Código así como de los vacíos que se encontrasen en sus disposiciones, para presentarlas oportunamente al Congreso.

Art. 3º El Poder Ejecutivo recabará de los Tribunales de Provincia, por conducto de los respectivos Gobiernos, iguales informes para los fines del artículo anterior.

Art. 4º Autorízase al Poder Ejecutivo para hacer los gastos que demande la impresión del Código Civil, debiendo sólo tenerse por auténticas las ediciones oficiales.

Art. 5º Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Dado en la Sala de Sesiones del Congreso Argentino, a veintinueve de septiembre de mil ochocientos sesenta y nueve.

ABOLFO ALSINA  
Carlos M. Saravia  
Secretario del Senado

MANUEL QUINTANA  
Eugenio B. Meis  
Secretario de la C. de D.D.

Departamento de Justicia.

Buenos Aires, Septiembre 29 de 1869

Téngase por ley, cúmplase, comuníquese e insértese en el Registro Nacional.

SARMIENTO.

N. AVELLANEDA

IMPRESO EN LA ARGENTINA

L.N.º 43 Ffs. 54  
Doc. 47 Ffs. 133  
Data 09/07/2008



# SECCION PRIMERA

## DE LA TRANSMISION DE LOS DERECHOS POR MUERTE DE LAS PERSONAS A QUIENES CORRESPONDIAN

### TITULO I. — De las sucesiones

3279. La sucesión es la transmisión de los derechos activos y pasivos que componen la herencia de una persona muerta, a la persona que sobrevive, a la cual la ley o el testador llama para recibirla. El llamado a recibir la sucesión se llama heredero en este Código.

3280. La sucesión se llama legítima, cuando sólo es deferida por la ley, y testamentaria cuando lo es por voluntad del hombre manifestada en testamento válido. Puede también deferirse la herencia de una misma persona, por voluntad del hombre en una parte, y en otra por disposición de la ley.

3281. La sucesión a título universal es la que tiene por objeto un todo ideal, sin consideración a su contenido especial, ni a los objetos de esos derechos.

3279. Chabot, sobre el art. 718, nº 1.—L. 62, Tit. 17, Lib. 50, Dig.—Proemio, y L. 8, Tit. 33, Part. 7a.—Cód. Francés, art. 718.—Napoleón, 638.—Anstasio, 536.—de Luisiana, 867.—Herencia y sucesión son sinónimos en el derecho.—La L. 1, Tit. 3, Part. 6a, da una sucinta definición del derecho de sucesión.

Decimos en el artículo que componen la herencia y no que pertenecen al difunto, como regularmente se define la herencia, porque entre estos últimos hay algunos derechos que salen de su patrimonio por efecto mismo de la muerte, como el usufructo, la renta vitalicia, etc.

3280. Proemio y L. 3, Tit. 13, Part. 6a. No hay, pues, sucesión universal por contrarios. Es permitido a los cónyuges en las convenciones nupciales hacerse algunas ventajas, pero nunca contrariar su sucesión. La segunda parte del artículo se contraria a la máxima romana que no se puede morir parte testado y parte intestado, adoptada por la L. 14, Tit. 3, Part. 6a.

3281. Savigny, *Derecho Romano*, tomo VIII, § 375. Si la sucesión a título universal abraza los derechos particulares contenidos en el conjunto de los bienes, no es sino como integrante del conjunto que forma el objeto propio de la sucesión. La sucesión universal puede también no abrazar la totalidad, sino una porción determinada de los bienes, porque esta porción tiene por base necesaria el conjunto total, como la fracción a la unidad.

3282. La sucesión o en suceso o en suceso, desde la muerte de las sucesiones legítimas como en las testamentarias, o por la presunción de muerte en los casos prescriptos por la ley.

3283. El derecho de sucesión al patrimonio del difunto, es regido por el derecho local del domicilio que el difunto tenía a su muerte, sean los sucesores nacionales o extranjeros.

3284. \* La jurisdicción sobre la sucesión corresponde a los jueces.

3282. La muerte, la apertura y la transmisión de la herencia, se causan en el mismo instante. No hay entre ellas el menor intervalo de tiempo; son indivisibles.—Chabot, sobre el art. 725, nº 2.—Cód. Francés, art. 718.—Hollandés, 877.—Napoleón, 638.—El Derecho Romano dice lo contrario: *Non-iam adita hereditas personarum vicem sustinet, non hereditas futuri, sed defuncti.* Instit., Lib. 2, Tit. 14, § 2.

3283. Savigny, *Derecho Romano*, tomo VIII, §§ 375 y 376. El patrimonio considerado como unidad es un objeto ideal, de un contenido indeterminado. Puede componerse de propiedades, de derechos a cosas particulares, a créditos, y deudas que tienen una existencia invisible. El patrimonio no está fijo en un lugar y no se le podría asignar la mayor parte de los bienes, sería una idea arbitraria, en que está situada la mayor parte de los bienes, sería una idea arbitraria, en que ella no tiene nada de preciso, y también porque la parte menor de los bienes, merece tanta consideración como la parte mayor. Si abandonamos el domicilio, no nos queda sino colocar el derecho a la sucesión donde se encuentran cada uno de los bienes que lo componen. Pero cuando esos bienes están designados en lugares diferentes, tendríamos que admitir muchas sucesiones independientes las unas de las otras. Puede llamarse una excepción a este principio general, lo que está dispuesto respecto a la transmisión de los bienes raíces que forman una parte del territorio del Estado, y cuyo título debe siempre ser transferido en conformidad a las leyes de la República, art. 10 de este Código.

Respecto a las sucesiones ab intestato hay una consideración especial. Respecto a la voluntad presunta del difunto, no porque esa voluntad pueda considerarse como un hecho cierto respecto a una persona determinada, sino porque cada ley positiva, cada Código, adopta la presunción general que le parece más apropiada a la naturaleza de las relaciones de familia. Se concibe fácilmente que esa presunción varíe según las diversas legislaciones, pero no que en un caso dado, se presuma que el difunto ha podido tener voluntad diferente para las diversas partes de sus bienes, y que haya querido otro heredero para su casa, que para sus dominios rurales, o para su dinero, cuando no ha hecho una declaración expresa por testamento.

Cuando dicen los Códigos que la sucesión se abre en el domicilio del difunto, importa decir, que la jurisdicción sobre la sucesión está en el último domicilio del difunto, y que la rigen las leyes locales de ese domicilio.—Demante, tomo III, nº 154 bis.—Chabot, *Successes*, al art. 822.—Vazeille, *Successes*, sobre el art. 822, nº 3, nºs. 1 y 2. Zachariae, § 351.—Demolombe, tomo XV, nº 629.—

\* Art. 3284. (Nota del editor.) La ley 17454 dispone que los juicios de sucesión no estarán sujetos al fuero de atracción de los juicios universales.

del lugar del último domicilio del difunto. Ante los jueces ese lugar deberá establecerse:

1º Las demandas concernientes a los bienes hereditarios, hasta la partición inclusive, cuando son interpuestas por algunos de los sucesores universales contra sus coherederos.

2º Las demandas relativas a las garantías de los lotes entre los coparticipes, y las que tiendan a la reforma o nulidad de la partición.

3º Las demandas relativas a la ejecución de las disposiciones del testador, aunque sean a título particular, como sobre la entrega de los legados.

4º Las acciones personales de los acreedores del difunto, antes de la división de la herencia.

3285. Si el difunto no hubiere dejado más que un solo heredero, las acciones deben dirigirse ante el juez del domicilio de este heredero, después que hubiere aceptado la herencia.

3286. La capacidad para suceder es regida por la ley del domicilio de la persona al tiempo de la muerte del autor de la sucesión.

3287. La capacidad para adquirir una sucesión debe tenerse al momento en que la sucesión se defiere.

3288. Toda persona visible o jurídica, a menos de una disposición contraria de la ley, goza de la capacidad de suceder o recibir una sucesión.

Aubry y Rau, §§ 590 y 624. — En los Tít. 14 y 15, Part. 6ª, se habla del juez ante quien se pide la partición, pero sin expresar cuál ha de ser.

Nº 4. Decimos las acciones personales, porque las acciones reales deben dirigirse ante el juez del lugar donde están situados los bienes. Así, la demanda de reivindicación, la acción hipotecaria respecto de un inmueble dependiente de la sucesión, deben ser entabladas ante el juez del lugar en que se halla el inmueble. — Zachariae, § citado, nota 8. — Duranton, tomo VII, nº 138. — Chabot, sobre el art. 822, nº 4. — Decimos también antes de la división de la herencia, pues si los herederos, procediendo a la división de la herencia, han dejado indivisos algunos inmuebles, la acción ulterior para la división de la herencia, no será ya de la competencia de los jueces del lugar en que la sucesión se abrió. Ya no es el caso de la división de la herencia, sino de la división de una cosa común. — Vazeille, *Successes*, nº 7. — Duranton, tomo VII, nº 137. — Tonliet, tomo IV, nº 413.

3285. Chabot, sobre el art. 822, nº 6. — Aubry y Rau, § 590. — Zachariae, § 351. — Vazeille, sobre el art. 822, nº 8.

3286. Savigny, *Derecho Romano*, tomo VIII, §§ 377 y 393. — Art. 7 de este Código.

3289. No hay otras incapacidades para suceder que las designadas en este Título y en el de las sucesiones testamentarias.

## DE LA INCAPACIDAD PARA SUCEDER

3290. El hijo concebido es capaz de suceder. El que no está concebido al tiempo de la muerte del autor de la sucesión, no puede sucederle. El que estando concebido naciere muerto, tampoco puede sucederle.

3290. El hijo en el seno de la madre, tiene sólo una vida común con ella; al nacimiento puede únicamente darle una vida individual. El Derecho, sin embargo, lo considera como hábil para suceder. Esta excepción es debida a las Leyes Romanas que consideraban al *fetus* como ya nacido cuando se trataba de su interés. *Qui in utero est, proinde ac si rebus humanis esset.* (L. 7, Dig. de Stat. hom.). Véanse los arts. 63 a 69 de este Código, y el art. 70 ídem. — Dódige, *France*, art. 906. — Así, por ejemplo, un hijo renuncia a la sucesión de su padre muerto, o es excluido de ella como indigno; la sucesión, a falta de otros hijos, pasará a los abuelos o a los parientes colaterales. Si nace después un hijo al que renunció la sucesión o fue excluido de ella, este hijo no podrá reanudar la sucesión que había recaído en el que no estaba concebido al tiempo de la renuncia de su padre, con preferencia a sus ascendientes. Así también, un testador no podría instituir por heredero a una persona que no estuviere concebida al tiempo de su muerte, ni aun subordinando formalmente la institución a la condición *suspensiva si naciere*. La sucesión correspondiente a los sucesores *ab intestato*, porque el derecho no defiere jamás la sucesión sino pura y simplemente, de una manera irrevocable.

El principio de que la sucesión no se defiere a quien no está concebido, tiene consecuencias que no pueden disputarse. Los hijos legitimados, dice Duranton, no tienen ningún derecho a las sucesiones de los parientes muertos antes del matrimonio que ha producido su legitimidad, aunque fuesen concebidos al tiempo de la muerte de sus parientes, porque no siendo legítima esa concepción anterior al matrimonio, es como si no hubiese existido para el efecto de atribuir al hijo el derecho de sucesión a los bienes de los parientes; pues que la legitimación no puede procurarse a un hijo el beneficio de la legitimidad, sino desde la celebración del matrimonio sin efecto retroactivo. Estando ya la sucesión deferida a favor de esos parientes antes de esa época, la legitimación posterior del hijo no podría quitarle un derecho adquirido. Las sucesiones son siempre irrevocables, tomo VI, nos. 67 y siguientes. — Aubry y Rau, § 592. Véase Demolombe, tomo XIII, nos. 174 y siguientes, y tomo XVIII, nos. 580 y 581.

A quién corresponde la prueba de que el hijo ha nacido vivo? La incapacidad que deroga al derecho común no se presume. La presunción de derecho es por el contrario, que todo hijo nace vivo, y por consiguiente al que alega que el hijo ha nacido muerto le corresponde probarlo.

LIBRO CUARTO

De los derechos reales y personales. — Disposiciones comunes

TÍTULO PRELIMINAR. De la transmisión de los derechos en general..... 699

SECCIÓN PRIMERA

De la transmisión de los derechos por muerte de las personas a quienes correspondían

TÍTULO I. De las sucesiones	702
De la incapacidad para suceder	705
TÍTULO II. De la aceptación y repudiación de la herencia	711
TÍTULO III. De la aceptación de la herencia con beneficio de inventario	723
Cap. I. De los derechos y deberes del heredero beneficiario	726
Cap. II. De la administración de los bienes de la herencia	728
Cap. III. Del pago de los acreedores y legatarios	731
Cap. IV. De la cesación del beneficio de inventario	732
TÍTULO IV. De los derechos y obligaciones del heredero	733
Cap. I. Derechos del heredero	733
Cap. II. De las obligaciones del heredero	739
TÍTULO V. De la separación de los patrimonios del difunto y del heredero	741
TÍTULO VI. De la división de la herencia	746
Cap. I. Del estado de indivisión	746
Cap. II. De las diversas maneras como puede hacerse la partición de la herencia	750
Cap. III. De la colación	752
Cap. IV. De la división de los créditos activos y pasivos	755
Cap. V. De los efectos de la partición	758
Cap. VI. De la división hecha por el padre o madre y demás ascendientes entre sus descendientes	761
TÍTULO VII. De las sucesiones vacantes	765
TÍTULO VIII. De las sucesiones intestadas	766
Cap. I. Del derecho de representación	767
Cap. II. Efectos de la representación	770
TÍTULO IX. Del orden en las sucesiones intestadas	771
Cap. I. Sucesión de los descendientes legítimos	771
Cap. II. Sucesión de los ascendientes	772
Cap. III. Sucesión de los cónyuges	774
Cap. IV. Sucesión de los hijos naturales	777
Cap. V. Sucesión de los padres naturales	778
Cap. VI. Sucesión de los parientes colaterales	779
Cap. VII. Sucesión del Fisco	779
Cap. VIII. Sucesión de los bienes reservados	779
TÍTULO X. De la porción legítima de los herederos forzosos	780
TÍTULO XI. De la sucesión testamentaria	783
TÍTULO XII. De las formas de los testamentos	790
Cap. I. Del testamento ológrafo	793
Cap. II. Del testamento por acto público	796
Cap. III. Del testamento cerrado	799

De los testamentos especiales

Cap. IV. De la apertura, publicación y protocolación de algunos testamentos	800
TÍTULO XIII. De los testigos en los testamentos	803
TÍTULO XIV. De la institución y substitución de heredero	804
TÍTULO XV. De la capacidad para recibir por testamento	807
TÍTULO XVI. De la desheredación	812
TÍTULO XVII. De los legados	815
Caducidad de los legados	817
TÍTULO XVIII. Del derecho de acrecer	827
TÍTULO XIX. De la revocación de los testamentos y legados	830
TÍTULO XX. De los albaceas	834
	839

SECCIÓN SEGUNDA

Concurrencia de los derechos reales y personales contra los bienes del deudor común

TÍTULO I. De la preferencia de los créditos	845
Cap. I. De la división de los privilegios	845
Cap. II. De los privilegios sobre ciertos muebles	851
Cap. III. Del orden de los privilegios sobre los bienes muebles	858
Cap. IV. Del privilegio sobre los inmuebles	863
TÍTULO II. Del derecho de retención	867

SECCIÓN TERCERA

De la adquisición y pérdida de los derechos reales y personales por el transcurso del tiempo

TÍTULO I. De la prescripción de las cosas y de las acciones en general	871
Cap. I. De la suspensión de la prescripción	875
Cap. II. De la interrupción de la prescripción	880
Cap. III. De la prescripción para adquirir	883
Cap. IV. De la prescripción liberatoria	889
TÍTULO II. De la prescripción de las acciones en particular	890
TÍTULO COMPLEMENTARIO. De la aplicación de las leyes civiles	895

Libro 73  
Doc. 47 + 126  
Data 22/07/2008

16